



\*  Clique na notícia para abrir a página desejada

Diretoria  
reforça  
atuação no  
Legislativo  
PÁGINA 3

Auxílio Saúde  
uniforme para  
magistrados  
avança no CNJ  
PÁGINA 5

Magistratura  
Mineira  
mobilizada  
contra a fome  
PÁGINA 12



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram  
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

# Amagis Saúde faz 45 anos com aprovação da classe

BRETT STEVENS/WALLPAPER FLARE

EDWINTP/PXHERE

PRESSFOTO/FREEPIK

**95,7%**

Atenção  
Imediata

**96,6%**

Serviços  
Prestados

**98,5%**

Avaliação  
Geral

Os 45 anos da Amagis Saúde, completados em 22 de abril, foram celebrados com o reconhecimento da classe. Pesquisa de satisfação demonstrou que 98,5% dos beneficiários aprovam o plano, confirmando a excelência da Amagis Saúde, reconhecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar por 10 anos seguidos. **PÁGINAS 24 E 25**

## TJMG dá respostas a mais de 3 mil ações sobre a Covid

**PÁGINAS 14 E 15**

# AMAGIS SAÚDE: HÁ 45 ANOS, UMA CONQUISTA PERMANENTE

POR ALBERTO DINIZ\*

**“Quem aprova a qualidade dos serviços são os próprios usuários em resultado apresentado nos 45 anos da Amagis Saúde”**

É extremamente gratificante ter o trabalho e a dedicação reconhecidos como apontou pesquisa sobre nosso Plano de Saúde. Quem aprova a qualidade dos serviços são os próprios usuários em resultado apresentado nos 45 anos da Amagis Saúde.

A aprovação é de 98,5%, segundo o Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, consolidando trajetória iniciada em 1976 com a criação do Departamento Hospitalar e Odontológico até ser classificado como de excelência.

Junto da satisfação, 95,7% apontaram as razões da aprovação, como a atenção imediata em casos de urgência e emergência. Outros 96,6% exaltaram a atenção nos atendimentos dos mais de 2 mil prestadores de nossa rede.

A excelência do plano, evidenciada mais uma vez pela pesquisa, é fruto da dedicação e do trabalho incansável de magistrados e colaboradores. É com muito orgulho que

oferecemos, principalmente nessa pandemia, um plano à altura de nossos magistrados e dependentes.

Saudamos a nossa vice-presidente de Saúde, a dedicada juíza Rosimere das Graças do Couto, na busca permanente para oferecer a melhor qualidade de vida possível.

A saúde dos associados e familiares, nossa prioridade máxima, e a saúde do próprio plano desfazem ainda dois preconceitos sobre a classe. O primeiro de que não tínhamos tempo para cuidar da própria saúde e o segundo que não tínhamos aptidão para a gestão. Outra razão do sucesso do plano é o associativismo que nos inspira e integra. Foi por meio dessa causa que o saudoso desembargador Erotides Diniz aceitou a missão.

No plano externo, a Amagis Saúde já foi reconhecida pela ANS, por 10 anos seguidos, com nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar. Pelo mesmo período, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde [Unidas] a consagrou como destaque em autogestão.

Tão importante quanto o reconhecimento são os dados que a pesquisa fornece em favor do aprimoramento das ações de melhoria contínua da qualidade da assistência à saúde.

Hoje, são 45 anos, mas, a cada ano que passa, registramos mais uma conquista de gestão, do associativismo e dedicação aos magistrados e seus familiares. ●

[\*] Presidente da Amagis

## ÍNDICE

👉 Clique na notícia para abrir a página desejada



- Diretoria discute atuação e pauta legislativa **PÁG 03**
- Amagis atende a associados e realiza novas consultorias **PÁG 04**
- Associações atuam no CNJ por auxílio saúde uniforme **PÁG 05**
- Ejef pretende criar cursos de pós-graduação e mestrado **PÁG 06**
- Amagis envia propostas ao novo CPP para a AMB **PÁG 07**
- Posse de novos dirigentes do TRE-MG será em junho **PÁG 09**
- De Comarca em Comarca **PÁG 10**
- Juízes mobilizam Comarcas contra a fome na pandemia **PÁG 12**
- MagisCultura retrata as montanhas, a arte e preserva a mineiridade **PÁG 13**
- Pandemia impacta o volume de ações no TJMG **PÁG 14**

- Entrevista: juiz Luís Fernando Nigro **PÁG 17**
- D. Ivone faz 100 anos 2 vezes **PÁG 18**
- Programas de TV **PÁG 19**
- Escuta protegida de crianças e adolescentes **PÁG 20**



- Amagis inicia convênios com clínicas de vacinação **PÁG 26**
- Plano mantém acolhimento hospitalar na pandemia **PÁG 28**

## PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

### Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

### Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

### Vice-presidente dos

#### Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

### Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

### Vice-presidente

#### Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

### Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

### Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

### Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro · Belo Horizonte · MG · Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·  
Mtb - MG: 11008

### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

### Diagramação:

Publicare Design

### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Diretoria discute atuação e pauta legislativa

## Amagis atua por direitos da classe em Minas e em Brasília

**Reunida no dia 27 de abril, a Diretoria da Amagis tratou de assuntos legislativos de interesse da classe, como o projeto de lei para criação do benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência.**

Os diretores também discutiram a atuação com a AMB e demais Associações estaduais de magistrados. Entre os temas de repercussão nacional, está a fixação de um piso referente ao reembolso de despesas com planos de saúde de magistrados, que deverá ser observado pelos Tribunais.

Na ocasião, os dirigentes alinharam atuação da Associação nos próximos dias, enquanto o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ficará afastado do trabalho presencial. Em bom estado de saúde, Alberto Diniz recupera-se da covid e, por recomendação médica, está em casa, de onde mantém contato permanente com a Diretoria da Associação.

Os diretores também conversaram sobre a pesquisa de satisfação da Amagis Saúde, os 45 anos do plano e, especialmente, discutiram ações de prevenção à Covid-19.

Participaram da reunião, o vice-

AMAGIS



**Dirigentes alinharam atuação administrativa e institucional da Associação**

-presidente Administrativo, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos; a vice-presidente Financeira, juíza Luzia Peixoto; a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere das Graças do Couto; a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juíza Marli Maria Braga Andrade; o vice-presidente Sociocultural-Es-

portivo, juiz Jorge Paulo dos Santos; a diretora-secretária, juíza Ivone Campos Cerqueira; o diretor-subsecretário juiz Evandro Cangussu Melo; e o diretor-tesoureiro, desembargador Nicolau Masselli, além do o presidente do Conselho Deliberativo, desembargador Antônio Armando dos Anjos. ●



## DIA DAS MÃES

**A Amagis homenageia todas as mães, em especial as magistradas, que se dedicam à família e à efetivação da Justiça cidadã.**




# Amagis atende a associados e realiza novas consultorias

## Magistrados do interior foram beneficiados por videoconferência

**A Diretoria da Amagis promoveu, em março e abril, mais uma série de consultorias para magistrados que buscam esclarecimentos sobre a nova Previdência estadual. Esses novos encontros atenderam a solicitações de associados que aguardavam em lista de espera.**

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a Associação está sempre pronta para atender aos associados. “Sabemos da importância das orientações de um profissional especializado para os associados. Por isso, temos dado continuidade ao serviço e estamos trabalhando para atender aos colegas de acordo com a procura”, afirmou. Até o momento, a Amagis patrocinou 183 consultorias.

Entre os magistrados contemplados pela consultoria promovida pela Associação, está o desembargador Franklin Higino Caldeira Filho. Na avaliação dele, o advogado demonstrou ser profundo conhecedor da matéria previdenciária, em especial nas questões relacionadas às mudanças na



**Juíza Marcela Decat recebeu a consultoria por meio remoto**

Horizonte, disse que todas as suas dúvidas foram esclarecidas e o atendimento atendeu a suas expectativas. “A consultoria previdenciária oferecida pela Amagis é um serviço de grande utilidade”, comentou.

interior. “A iniciativa da Amagis de disponibilizar consulta jurídica por videoconferência foi muito positiva”, avaliou.

A juíza Aline Damasceno, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Guanhões [Vale do

**“Só tenho elogios a fazer à Amagis. Todas as minhas dúvidas referentes a questões previdenciárias foram sanadas”**

**Desembargador Franklin Higino**

Previdência da Magistratura.

“Só tenho elogios a fazer à Amagis por essa iniciativa que, além de alcançar os magistrados da capital, também atende muito bem aos juizes do interior, uma vez que há a possibi-

Com o uso de meios remotos, os magistrados que atuam no interior, como a juíza Marcela Oliveira Decat de Moura, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Mariana [Região Central], puderam fazer a consulta sem

Rio Doce], disse que ficou muito satisfeita com a consultoria, pois foi possível esclarecer os principais pontos sobre a migração do regime próprio para o complementar, a tramitação do benefício especial para migração e os

**“A assessoria jurídica é extremamente importante para o planejamento dos magistrados e, também, para eventual judicialização da matéria”**

**Juíza Aline Damasceno, Comarca de Guanhões**

lidade das consultas on-line. Todas as minhas dúvidas referentes a questões previdenciárias foram sanadas”, afirmou o desembargador Franklin Higino.

O juiz Mateus Bicalho de Melo Chavinho, do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Belo

necessidade de deslocamento.

De acordo com a magistrada, todas suas dúvidas sobre as novas regras previdenciárias foram esclarecidas de forma objetiva. Ela também destacou a vantagem do atendimento remoto para aqueles que atuam em comarcas do

prós e contras dos dois regimes.

“A assessoria jurídica é extremamente importante para o planejamento dos magistrados e, também, para eventual judicialização da matéria com vistas a resguardar nossos direitos”, comentou a juíza. ●

# Associações atuam no CNJ por auxílio saúde uniforme

## Conselheira considerou proposta de percentual mínimo relevante

Em resposta a pedido da AMB, Amagis e Associações, a conselheira Flávia Pessoa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentou parecer, no dia 22 de abril, aos autos do Pedido de Providências nº 0001498-29.2021.00.0000, de modo a estabelecer um piso a ser observado pelos Tribunais no que se refere à sistemática de reembolso de despesas com planos de saúde a magistrados.

O pedido tem como objetivo promover alteração nos termos da Resolução CNJ nº 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados. No parecer, Flávia Pessoa considerou relevante e oportuno o estabelecimento de percentual mínimo uniforme nos termos requeridos.

Os autos foram encaminhados para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho e conselheiro do CNJ, Emmanoel Pereira, e a expectativa com relação à aprovação da proposta é positiva. As Associações continuarão trabalhando para a consolidação final do auxílio, a fim de que todos os magistrados estejam protegidos de forma semelhante em todo o território nacional.

A Amagis e a AMB, em parceria com Associações estaduais, mantêm participação ativa e interlocução com conselheiros do CNJ e par-

GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ



### Pedido de providências de Associações avança no CNJ

lamentares federais em cada Estado, em defesa da unicidade da Magistratura em todas as suas especialidades e em todo o Brasil.

#### REFORMA ADMINISTRATIVA

Ainda em Brasília, a presidente AMB, juíza Renata Gil, voltou a rejeitar tentativa de incluir a Magistratura e membros do Poder Judiciário na reforma administrativa federal. A magistrada esclareceu que a com-

petência para deflagrar propositura legislativa acerca dos magistrados cabe ao Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica da Magistratura.

Com os mesmos objetivos, o presidente da Amagis, Alberto Diniz, já se reuniu com o deputado federal Paulo Abi-Ackel, em fevereiro passado, e com o senador Antonio Anastasia em novembro. Ambos os encontros foram realizados em Belo Horizonte. ●

**Sinal vermelho contra a violência doméstica**

Julza Marina de Alcântara Sena

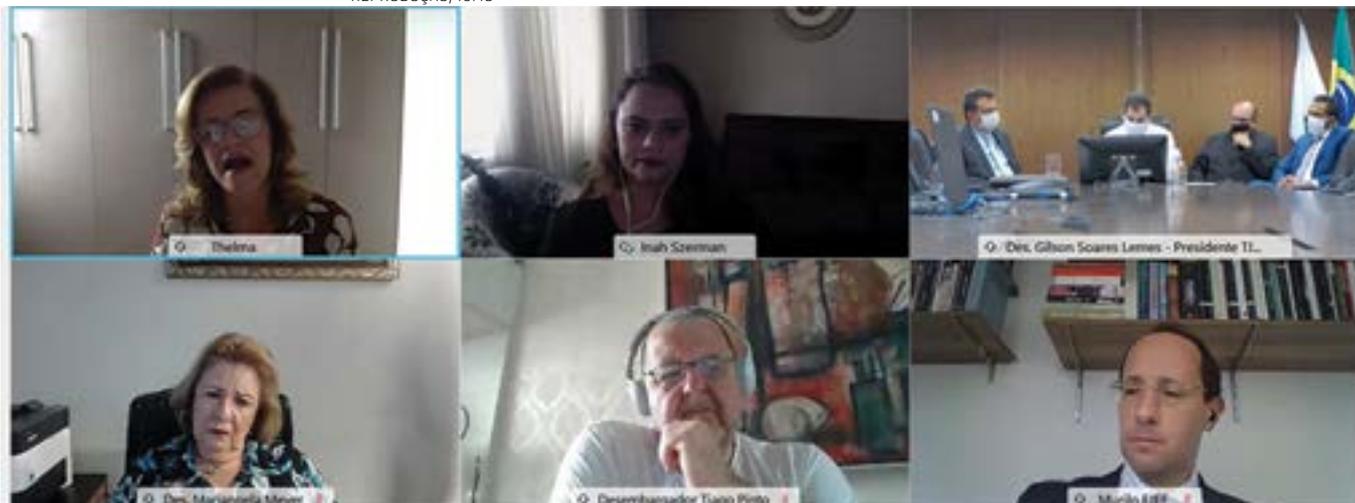
AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros

# Ejef pretende criar cursos de pós-graduação e mestrado

## TJMG estuda credenciar a Instituição como escola de governo

REPRODUÇÃO/TJMG



**Desembargador Tiago Pinto afirmou que a escola já preenche 90% dos requisitos para o credenciamento**

**O TJMG estuda o credenciamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) como escola de governo junto ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado de Educação. A medida possibilitaria, inicialmente, a oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para todo o Brasil.**

A proposta foi apresentada ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, e ao superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador

José Arthur Filho, em reunião realizada no dia 13 de março. Na ocasião, o presidente do Tribunal determinou a criação de uma comissão para estudar o credenciamento.

“Trata-se de uma ideia excepcional, que sempre foi uma de minhas reivindicações. Ela permitirá benefícios como a futura oferta de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado aos nossos magistrados. Vamos agilizar a instalação da comissão para essa transformação da Ejef em escola de governo”, afirmou

Gilson Lemes, que saudou os desembargadores Tiago Pinto, superintendente da Ejef, e Mariangela Meyer, superintendente adjunta da Escola, por estarem à frente da iniciativa.

Segundo o desembargador Tiago Pinto, o TJMG cumpre 90% dos requisitos necessários para o credenciamento da Ejef. “Publicamos regularmente livros e periódicos, conseguimos recrutar, entre os nossos magistrados, integrantes para o corpo docente e estamos desenvolvendo grupos de estudos de

temas jurídicos especializados. Tornar-se uma escola de governo é um crescimento expressivo na área de ensino e educação”, observou.

Na avaliação da desembargadora Mariangela Meyer, a transformação da Ejef em escola de governo confirmará a vocação acadêmica da instituição, conferindo ainda mais abrangência aos saberes produzidos pelo Judiciário mineiro. A magistrada ressaltou que a mudança ainda poderá gerar receitas para o Tribunal.●

*\*Com informações do TJMG*

### CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

● **Ética e Serviço Público**  
Carga horária: 20h/a  
Inscrições: até 27 de maio  
Período: até 28 de junho  
Modalidade: EaD  
Organizadora: Ejef

● **Política de Autocomposição no TJMG: Identificação de casos de mediação, conciliação e justiça restaurativa**  
Carga horária: 15h/a  
Inscrições: até 1º de junho  
Período: até 28 de junho

Modalidade: EaD  
Organizadora: Ejef

● **Introdução à Gestão Socioambiental: gestão consciente, administração eficiente**  
Carga horária: 15h/a  
Inscrições: até 1º de junho  
Período: até 28 de junho  
Modalidade: EaD  
Organizadora: Ejef

● **Análise Econômica do Direito**  
Carga horária: 30h/a

Inscrições: até 1º de junho  
Período: 15 de junho a 6 de julho  
Modalidade: EaD  
Organizadora: ENM

● **Cultura de inovação transformação digital e tecnologia aplicada ao direito**  
Carga horária: 20h/a  
Inscrições: até 20 de julho  
Período: 3 a 17 de agosto  
Modalidade: EaD  
Organizadora: ENM

**D!****APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA .7**

Decisão - Maio 2021

# Amagis envia propostas ao novo CPP para a AMB

## Associações irão acompanhar tramitação do projeto de lei no DF

A Diretoria da Amagis enviou, para a AMB, sugestões de associados para o aperfeiçoamento de Projeto de Lei no 8045/2010 do novo Código de Processo Penal (CPP), em tramitação no Congresso Nacional. Os magistrados mineiros puderam encaminhar suas sugestões até o último dia 27 de abril.

A AMB, Amagis e Associações estaduais de magistrados atuarão em parceria, no Congresso Nacional, junto à Comissão Especial da Câmara dos

Deputados, a fim de que o texto seja apresentado ao plenário já com as propostas da classe.

Entre as propostas enviadas pelos magistrados mineiros, estão a aplicação dos dispositivos do CPP a processos relativos aos crimes militares, em especial aos processos de competência singular do juiz de direito do Juízo militar, e questões relacionadas à vigilância eletrônica pela Polícia Militar, nas comarcas em que esse recurso é utilizado.●

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Associações atuam no Congresso por avanços no novo CPP

# O seu Volkswagen está na Carbel!

## Aproveite. É a sua oportunidade de ter um VW 0km

Para um novo você, uma nova Volkswagen

Taxas de financiamentos especiais

Avaliação justa do seu usado

Veículos a pronta entrega



Escaneie o QR CODE com a câmera do seu celular e veja as ofertas que preparamos pra você!

540JOR5055AM0421

apresente este código promocional e garanta condições especiais!

**Carbel**

Savassi - Av. nossa Senhora do Carmo, 540, Sion - BH | Tel 31 3280-9501  
Cristiano Machado - Av. Cristiano Machado, 5055, Palmares - BH | Tel 31 3429-5001

[www.carbel.com.br](http://www.carbel.com.br)



No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.

ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



**mgl.com.br**

Contrate nossos serviços:

**0800 242 2218**

**37 9 9827 5613**

[indicacao@mgl.com.br](mailto:indicacao@mgl.com.br)

Leiloeiros devidamente cadastrados  
no sistema AJG  
Resolução 882/2018 artigo 18  
(indicação direta)



**GRUPOCRÉDITO**

### **Nossas especializações:**

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

# Posse de novos dirigentes do TRE-MG será em junho

## Marcos Lincoln e Maurício Soares foram eleitos pela Corte Eleitoral

Os desembargadores Marcos Lincoln dos Santos e Maurício Soares foram eleitos, no dia 16 de abril, presidente e vice-presidente do TRE-MG, respectivamente. A eleição foi realizada por meio do sistema Vota Net e transmitida ao vivo. A posse dos novos dirigentes será em 18 de junho.

Após o resultado da votação, o presidente do TRE-MG, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, parabenizou os eleitos e ressaltou a trajetória de ambos na Justiça Eleitoral. "Pessoas da qualidade, competência e operosidade dos desembargadores eleitos conseguem vencer obstáculos e imprimir as suas marcas", disse.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, cumprimentou os novos dirigentes e destacou a competência e operosidade de ambos no Judiciário. "Os desembargadores Marcos Lincoln e Maurício Soares, assim como os demais membros da Corte, conferem credibilidade e capacidade à nossa Justiça Eleitoral", afirmou.

Emocionado, o presidente eleito, desembargador Marcos Lincoln, agradeceu aos membros da Corte Eleitoral pela confiança depositada nele. "Em

AMAGIS



**Marcos Lincoln dos Santos**



**Maurício Soares**

razão da emoção e satisfação de receber tão honrosa distinção e incumbência, as palavras confundem a mente e dificultam-me de expressar o sentimento de gratidão, satisfação, honra e orgulho de receber a confiança de vossas excelências", manifestou.

Ao agradecer pelo reconhecimento, o desembargador e ex-presidente da Amagis, Maurício Soares, que também as-

sumirá a Corregedoria do TRE-MG, falou sobre os desafios do Tribunal nas eleições de 2022. "A Justiça Eleitoral vai enfrentar uma grande luta e muito trabalho nas próximas eleições. Até lá, teremos tempo de dar continuidade ao alto nível do TRE-MG de forma que possamos atender da melhor maneira aos eleitores mineiros e levar para todos o resultado da democracia, que é o nosso trabalho", afirmou.●

# Justiça Eleitoral tem novo ouvidor

## Luiz Carlos Rezende e Santos exercerá a função por um ano

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, assumiu, no dia 13 de abril, a Ouvidoria do TRE-MG. O magistrado exercerá a função durante um ano.

Membro da Corte Eleitoral na classe Juiz de Direito desde julho de 2020, Rezende e Santos assumiu a Ouvidoria na vaga da juíza Cláudia Aparecida Coimbra Alves. O juiz Itelmar Raydan Evangelista foi designado ouvidor substituto.

Natural de Bom Despacho, Rezende e Santos é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e ingressou na Magistratura mineira em setembro de 1998. Atualmente, é titular da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte e membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais.●

ARQUIVO/ERIC BEZERRA/TJMG



**Luiz Carlos Rezende e Santos**

# DE COMARCA EM COMARCA

- Wagner Mendonça Bosque foi promovido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de São Gotardo para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Coronel Fabriciano
- Marcelo Geraldo Lemos foi removido, por antiguidade, do cargo de 1º juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Uberaba para a Vara da Infância e da Juventude da mesma comarca
- Marco Antônio Macedo Ferreira foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Conceição das Alagoas para o cargo de 1º juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Uberaba
- Cibele Mourão Barroso de Figueiredo Oliveira foi promovida, por merecimento, da 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias da Comarca de Itabira para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Vespasiano
- Tiago Ferreira Barbosa foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Arcos para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de São João del-Rei
- Pedro Parcekian foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de São João del-Rei para a 3ª Vara Cível da Comarca de Varginha
- Maria Luiza de Andrade Rangel Pires foi removida, por antiguidade, da Vara de Registros Públicos da Comarca de Belo Horizonte para a 2ª Vara de Família da mesma comarca
- Andréa Luíza de Oliveira Dias Franco de Souza foi removida, por antiguidade, do cargo de 32º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte Vara de Registros Públicos da mesma comarca
- Denise Canedo Pinto foi promovida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível da Comarca de Passos para o cargo de 32º juiz de Direito Auxiliar
- Nélzio Antônio Papa Júnior foi removido, por merecimento, da 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba para a 2ª Vara Cível da mesma comarca
- José Paulino de Freitas Neto, que respondia pela 3ª Vara Cível da Comarca de Varginha, foi removido, por merecimento, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial para a 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba
- José Eduardo Junqueira Gonçalves foi removido, por antiguidade, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Poços de Caldas para a 1ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da mesma comarca
- Thaís Maria Vinci de Mendonça Chaves foi promovida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Poços de Caldas
- Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, 4º juiz de direito, foi removido, por merecimento, da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Uberaba para a Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte
- Henrique Oswaldo Pinto Marinho foi removido, por antiguidade, do cargo de 35º Juiz de Direito da 3ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial da Comarca de Belo Horizonte para o cargo de 6º juiz de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca
- Luís Fernando de Oliveira Benfatti foi removido, por antiguidade, do cargo de 22º juiz Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte para o cargo de 35º juiz de Direito da 3ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial da mesma comarca
- Vânia da Conceição Pinto Borges foi promovida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itabirito para o cargo de 22º juiz Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- Leopoldo Mameluque foi removido, por merecimento, da 3ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros para o cargo de 18º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- André Ricardo Botasso foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal para a 3ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia
- Adelson Soares de Oliveira foi removido, por merecimento, do cargo de 2º juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Uberaba para o cargo de 6º Juiz da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Uberlândia
- Patrícia Narciso Alvarenga foi promovida, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Lavras para o cargo de 35º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- Rafaela Kehrig Silvestre foi removida, por merecimento, da Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Curvelo para a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itaúna
- Eleusa Maria Gomes foi promovida, por antiguidade, da Vara Única da Comarca de Campina Verde para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba
- André de Melo Silva, que respondia pelas Comarcas de Dolores do Indaiá e Morada Nova de Minas, foi promovido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Januária

- Daniel Réche da Motta, que respondia pelas Comarcas de Eugenópolis e Tombos, foi promovido, por antiguidade, do cargo de 119º juiz de Direito Substituto para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Leopoldina
- Patrícia Vieira Cellis Arraes foi removida, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Carangola para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova
- Márcio Bessa Nunes, que respondia pela Vara Única da Comarca de Camanducaia, foi removido do cargo de 4º juiz de Direito Substituto para o cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Itaúna
- Paulo José Rezende Borges foi removido, por merecimento, da Vara Cível e da Infância e da Juventude da Comarca de Carmo do Paranaíba para o cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de João Monlevade
- Elisandra Alice dos Santos Camilo, que respondia pela Vara Única da Comarca de Pratápolis, foi promovida, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso
- Aline Damasceno Pereira de Sena foi removida, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Guanhães para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Belo
- Natália Cravo Lázaro Monteiro, que respondia pela Vara única da Comarca de Tarumirim, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Conselheiro Pena
- Claiton Santos Teixeira, que respondia pela Vara Única da Comarca de Alpinópolis, foi promovido, por merecimento, do cargo de 106º juiz de Direito Substituto para a 1ª Vara Cível da Comarca de Formiga
- Herrmann Emmel Schwartz, que respondia pela Vara Única da Comarca de Ibiá, foi promovido, por antiguidade, do cargo de 32º juiz de Direito Substituto para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de João Pinheiro
- José Afonso Neto foi removido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Ponte Nova para o cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Sabará
- Denise Lucio Tavela foi removida, por antiguidade, da Vara Cível da Infância e da Juventude, de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca
- Elias Aparecido de Oliveira foi removido, por antiguidade, da 1ª Vara Criminal, de Atos Infracionais da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Alfenas para Vara Cível da Infância e da Juventude, de Família e Sucessões da mesma comarca
- Flávio Branquinho da Costa Dias, que respondia pela Vara Única da Comarca de Areado, foi promovido, por antiguidade, do cargo de 184º juiz de Direito Substituto para a 1ª Vara Criminal, de Atos Infracionais da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Alfenas
- Fábio Henrique Vieira foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Diamantina para a 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Execuções Fiscais da Comarca de Lavras
- Danielle Nunes Pozzer foi removido, por antiguidade, da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araguari para a 1ª Vara Cível da mesma comarca
- Ana Maria Marco Antonio, que respondia pela Vara Única da Comarca de Carmo do Rio Claro, foi promovida, por antiguidade, do cargo de 117º juiz de Direito Substituto para a 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araguari
- Carolina Maria Melo de Moura Gon foi removida, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de Pirapora para a 2ª Vara Cível e de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Guaxupé

Amagis Saúde informa

## A realização de alguns exames e procedimentos necessita de autorização prévia pelo plano de saúde

Ao sair da consulta, verifique junto ao plano se a autorização é necessária para aquele pedido.

Mais informações pelo e-mail [autorizacao@amagis.com.br](mailto:autorizacao@amagis.com.br) ou no site [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br)



# Juízes mobilizam Comarcas contra a fome na pandemia

## Ação solidária distribuiu cestas básicas para famílias carentes

**Desemprego, inflação e fome. Essa equação é uma das faces da pandemia da Covid-19 no Brasil. Para enfrentar a crise alimentar, em abril, juízes mineiros, como Rodrigo Colosimo, Larissa Teixeira da Costa e Luciana de Faria, mobilizaram as comarcas onde atuam para arrecadar e doar cestas básicas a famílias carentes.**

Em Porteirinha (Norte de Minas), a proposta de arrecadação surgiu de maneira espontânea e resultou na distribuição de 1.400 cestas básicas. De acordo com o juiz da Comarca, Rodrigo Colosimo, a proposta feita por ele no grupo de Whatsapp do fórum teve boa adesão e a iniciativa foi ampliada.

Com a interlocução promovida pelo magistrado, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil e Departamento Penitenciário tomaram parte na iniciativa e colaboraram para o alto número de contribuições. A escolha das famílias beneficiadas foi feita com o apoio da assistente social do fórum, responsável pelo contato com as prefeituras e órgãos assistenciais da Comarca, que enviaram as listas com os nomes das famílias carentes.

No domingo de Páscoa, os envolvidos na campanha se mobilizaram e distribuíram as cestas básicas nos municípios de Porteirinha e região, como Riacho dos Machados, Catuti, Serranópolis de Minas e Pai Pedro. "Fomos nessas cidades entregar as cestas pessoalmente para cada família. Quando vimos pessoas necessitadas, que não estavam na lista, também fazíamos a doação. Encontramos várias pessoas

GEOMARCIO SILVA



**Juiz Rodrigo Colosimo (centro) durante distribuição de alimentos em Porteirinha**

nessa situação", afirmou o juiz Rodrigo Colosimo.

### REDE SOLIDÁRIA

Ciente da campanha realizada em Porteirinha, a juíza Larissa Teixeira da Costa, da Comarca de Açucena (Vale do Aço), frente às dificuldades enfrentadas pela população na pandemia, especialmente alimentar, também decidiu mobilizar a população na ação solidária.

"A população da Comarca de Açucena é muito carente de ações do Poder Público e se mantém com pequenos comércios, agricultura e benefícios sociais", observou a magistrada ao comentar os impactos que a pandemia da Covi-19 causou em Açucena.

Com a mobilização, foram arrecadadas cerca de 200 cestas básicas. Os alimentos foram distribuídos de acordo com informações fornecidas pela assistência social das prefeituras dos municípios de Açucena e os vizinhos Belo Oriente e Periquito.

As dificuldades enfrentadas por famílias da Co-

marca de Ipanema (Vale do Rio Doce), agravadas pelo desemprego na pandemia, foram o que motivou a juíza Luciana Mara de Faria a promover a campanha de arrecadação e doação de alimentos.

Assim como em Porteirinha e Açucena, a magistrada contou com o apoio da assistência social das prefeituras que compõem a Comarca (Ipanema, Conceição de Ipanema, Tapuruba e Pocrane) para definir a distribuição das 185 cestas básicas doadas.

ARQUIVO PESSOAL



**Juíza Luciana de Faria (direita) com as cestas arrecadadas**

# MagisCultura retrata as montanhas, a arte e preserva a mineiridade

23ª edição da revista foi lançada durante transmissão ao vivo



Live contou com a participação de dirigentes, autores e convidados

Com o tema dedicado às montanhas de Minas, a revista MagisCultura chegou à sua 23ª edição. O lançamento da publicação foi no dia 26 de abril, durante uma live da qual participaram dirigentes associativos, magistrados e autores da publicação.

O vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, e destacou a relevância da criação da revista durante a gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, que possibilitou aos magistrados demonstrarem um pouco mais de si por meio da arte. “É muito importante termos uma revista dessa natureza, proporcionando esse espaço para a Magistratura e a cultura de maneira geral”, afirmou Rezende e Santos.

Presente à live, o desembargador Nelson Missias disse que não esconde a satisfação que a revista proporciona a ele e aos magistrados que dela partici-

pam. “Minha esposa [Heloísa Moraes] sempre dizia que eu parecia uma criança com um carrinho na mão, quando estava com prova da revista. Respondia que a MagisCultura era minha paixão”, disse o magistrado.

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Paulo Jorge dos Santos, observou que os juízes trabalham muito com os problemas dos outros e, com tempo, tendem a ficar mais fechados. Para ele, a possibilidade de se expressar artisticamente ajuda as pessoas a preservarem sua essência. “A história começou rusticamente quando os homens começaram a produzir arte e terminará sempre em arte”, comentou Santos, parafraseando o escritor israelense Yuval Harari.

Na avaliação do presidente do Conselho Editorial da MagisCultura, juiz Renato César Jardim, além da qualidade dos artigos, a publicação chama a atenção pelo tema escolhido para 23ª edição, que na capa reproduz a tela ‘Diamantina. Caminho dos Escravos’,

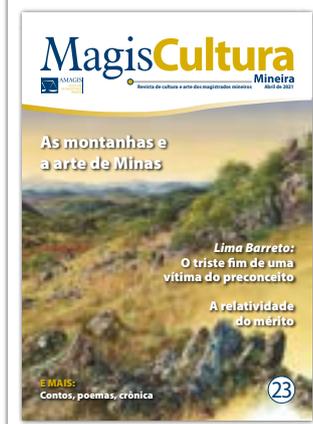
de Mário Zavagli. “As montanhas são a essência de Minas Gerais. E a personalidade mineira está nessa essência”, ponderou.

Autor do ensaio ‘Lima Barreto - Da alegria da festa da Abolição à tristeza pelo preconceito de cor’, o desembargador aposentado Gutemberg da Mota e Silva disse que, para suas pesquisas, escolhe os autores por ele admirados. O magistrado também falou sobre a longevidade da revista. “O êxito da revista é a soma da colaboração de todas as pessoas que atuam nela”, afirmou.

Poetisa e integrante do Conselho Editorial da MagisCultura, a juíza Aldina Soares de Carvalho, autora dos poemas é ‘Cedo’, ‘Origem’ e ‘Casa de Mãe Idosa’, saudou a juíza Sílvia Nascimento pela participação, com ‘O Encontro’, e convidou a todas as magistradas a contribuírem com a revista. “O olhar feminino é um olhar diferente e gostaríamos muito que tivéssemos mais mulheres participando”, concluiu. ●

## AUTORES DA 23ª MAGISCULTURA

- GUTENBERG DA MOTA E SILVA
- AMAURY SILVA
- JOSÉ APARECIDO FAUSTO DE OLIVEIRA
- MARCO AURÉLIO DE MEDEIROS
- SÍLVIA NASCIMENTO
- JOSÉ FERNANDES FILHO
- MANOEL MARCOS GUIMARÃES
- CAIO JUNQUEIRA MACIEL
- J. D. VITAL
- RENATO JARDIM
- ROGÉRIO MEDEIROS GARCIA DE LIMA
- ALDINA SOARES
- LLEWELLYN MEDINA
- JOÃO QUINTINO
- FERNANDO ARMANDO RIBEIRO





**“O Tribunal de Justiça não tem se furtado à sua missão: a prestação jurisdicional eficiente, da forma mais rápida possível, principalmente nesse momento de pandemia”**

Gilson Lemes,  
presidente do TJMG



**“Essas orientações, de caráter geral, se fazem com preocupação explícita de preservação da autonomia do juiz em decidir”**

Des. Bruno Terra,  
Superintendente de  
Saúde do TJMG

# Pandemia impacta o volume de ações no TJMG

## Mais de três mil ações estão relacionadas ao fornecimento de medicamentos

POR IZABELA MACHADO

**Desde o início da pandemia, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) já recebeu mais de três mil ações relacionadas ao fornecimento de medicamentos, terapias e leitos para pacientes da covid-19 e à garantia de atendimento a pessoas com outras enfermidades, como o câncer. Somente em Belo Horizonte, conforme dados do TJMG relativos ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021, foram mais de 500 ações julgadas. Dos mais de três mil processos em tramitação, a maior quantidade de demandas diz respeito a fornecimento de medicamentos.**

Para vencer os desafios diários, o presidente do TJMG tem utilizado a conciliação, a tecnologia e o monitoramento da situação epidemiológica em Minas Gerais e orientado os magistrados para que as decisões sejam amparadas pelo conhecimento técnico especializado, de acordo com cada caso. “Esta crise histórica gerada pela pandemia de covid-19 reforçou em todos nós a convicção de que, na vida, estamos sempre lidando com o imprevisível. As medidas de isolamento necessárias para prevenir a disseminação do novo coronavírus exigiram a suspensão do trabalho presencial, no TJMG, e de prazos processuais nos processos físicos. Mas o Tribunal mineiro estava preparado para isso. Só há uma resposta possível em um cenário como esse: muito trabalho, criatividade, parcerias e coragem para tomar decisões rápidas e inovadoras”, destacou o presidente do TJMG.

O superintendente de Saúde do Tribunal, desembargador Bruno Terra Dias, afirmou que, embora o índice de ocupação de leitos clínicos e

de UTI ainda seja alto, o sistema de saúde tem demonstrado capacidade de atendimento, embora seja preocupante o estoque de medicação estritamente necessária em casos de internação.

Atenta à delicada situação gerada pela crise sanitária em todo o País, a Direção do TJMG, por meio da Superintendência de Saúde, orientou os julgadores a observar determinados critérios no julgamento das ações nesse período de pandemia. Os leitos hospitalares, por exemplo, continuam demandados por toda sorte de acometimentos à saúde da população, e a covid-19 implica um aumento significativo desse tipo de ação. Além disso, dadas as condições de ocupação de leitos clínicos e de UTI, os julgadores foram orientados a encaminhar liminares de internação à regulação de leitos, que neste momento consegue transferir pacientes entre macrorregiões de saúde. “Também sugerimos aos magistrados evitar cominação de sanções pessoais aos gestores de regulação de leitos, uma vez que o dever do Estado encontra-se insculpido no artigo 196 da Constituição de 1988 e as dificuldades de momento podem ser intransponíveis. Essas orientações, de caráter geral, se fazem com preocupação explícita de preservação da autonomia do juiz em decidir”, observou o superintendente de Saúde do Tribunal, desembargador Bruno Terra Dias.

## AGILIDADE

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, as respostas dadas pelo Judiciário mineiro frente a mais esse desafio têm sido ágeis e sa-

tisfatórias. “Todos os pedidos foram prontamente decididos pelos magistrados, sejam os que atuam em caráter de plantão, seja em regime de home office. O Tribunal de Justiça não tem se furtado à sua missão: a prestação jurisdicional eficiente, da forma mais rápida possível, principalmente nesse momento de pandemia”, declarou.

## MAGISTRATURA ATUANTE

Para o superintendente de Saúde do Tribunal, a Magistratura mineira tem se empenhado para atender ao volume de demandas motivadas pela pandemia, nos âmbitos da saúde pública e da saúde suplementar, a fim de garantir a integridade biopsíquica e social do cidadão. “Isso implica superar desafios diários, seja para analisar pleitos, buscar auxílio nos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário [NAT-JUS], implementar medidas diversas e fazer da Constituição uma realidade para a cidadania, não contentando jamais com concepções meramente abstratas e desprovidas de sentido objetivo para quem necessita e procura o Poder Judiciário”, ressaltou Bruno Terra Dias.

Para o juiz Renzzo Giacomo Ronchi, do Juizado Especial da Comarca de Teófilo Otoni, no Norte de Minas Gerais, a pandemia colocou a sociedade em uma profunda sensação de dificuldade porque, independentemente do conteúdo da decisão judicial, houve um momento em que os recursos, como hospitais, equipamentos e médicos, tornaram-se insuficientes para equacionar o problema.

Nesse cenário, o Judiciário mostrou-se, mais uma vez, fundamental para solucionar os conflitos e garantir os direitos da população. “O Supremo Tribunal Federal, quando julgou a medida cautelar na ADI 6341/DF, protagonizou uma importante reviravolta em sua jurisprudência, firmando, assim, uma nova concepção acerca do federalismo, o chamado federalismo cooperativo. Com isso, governadores e prefeitos foram chamados a administrar a crise sanitária. A partir disso, o Poder Judiciário contribuiu de forma significativa na pandemia ao não permitir que questões ideológico-político-partidárias fossem discutidas em juízo com grave prejuízo à

população”, afirmou o magistrado.

De acordo com Renzzo Giacomo Ronchi, para superar as dificuldades nesse período, o teletrabalho passou a ser mais um aliado de magistrados e servidores no processo de julgar. “Ficou demonstrado na pandemia que a produtividade da Justiça mineira aumentou, o que é um ganho enorme para a sociedade. Há mudanças que não têm volta. E creio que a forma de o magistrado trabalhar em home office, com maior produtividade e menos custo para o Tribunal, deve ser a tônica dos próximos meses, pois os investimentos precisam ser focados em uma lógica de trabalho que proporcione maior celeridade e qualidade. Com isso, quero dizer que a presença do magistrado nos fóruns continua sendo necessária, mas à luz de um equilíbrio que gere flexibilização de trabalho”, afirmou.

## INTERNAÇÕES E MEDICAMENTOS

O juiz Sebastião Pereira dos Santos Neto, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, afirmou que a maioria das ações recebidas na vara e relacionadas à covid-19 diz respeito à internação e coberturas de medicamentos e tratamentos. No entanto, segundo ele, ao contrário do esperado, não foi observado, na 2ª Vara Cível de BH, um volume expressivo de ações ligadas à doença. “Recebemos alguns casos a mais relacionados à covid-19, mas, por outro lado, diminuíram as demandas não tão urgentes, já que boa parte da população ficou com receio de se submeter a tratamentos hospitalares na pandemia e se contaminar com o coronavírus. Portanto, a média do número de ações se manteve no período”, disse o juiz.

O magistrado Sebastião Pereira dos Santos Neto afirmou que, no julgamento dessas ações, tem sido importante seguir as orientações fornecidas pelo Tribunal. “No momento em que muitos setores estão sendo fortemente demandados, com falta de leitos nas redes pública e privada, é necessário agir com prudência e bom senso, sem atropelar determinados procedimentos. A chegada da vacina para toda a população vai ajudar a aliviar essa pressão no sistema de saúde. Espero que o futuro seja melhor”, concluiu o juiz. ●



“O Poder Judiciário contribuiu de forma significativa na pandemia ao não permitir que questões ideológico-político-partidárias fossem discutidas em juízo”  
Renzzo Ronchi, juiz da Comarca de Teófilo Otoni



“No momento em que muitos setores estão sendo fortemente demandados, com falta de leitos nas redes pública e privada, é necessário agir com prudência e bom senso”  
Sebastião Neto, juiz da Comarca de BH

**LIVE** ●

## **A pandemia e seus impactos na vida pessoal e profissional:**

O que podemos fazer para minimizá-los?

**Dia 18 de maio - 19h30**

Assista no canal da Amagis no YouTube  
ou no site da Associação:

[youtube.com/amagismg](https://youtube.com/amagismg) ou [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

Psiquiatra

Octávio Saliba

Jornalista (Moderador)

Orion Teixeira





# Luís Fernando Nigro

**A**utor do livro “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, nesta entrevista, o juiz Luís Fernando Nigro Corrêa, coordenador executivo do PAI-PJ, fala sobre a história dos direitos das pessoas com deficiência e da importância da convenção na orientação das políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão efetiva de tais pessoas.

## **Como os avanços sociais influenciaram nos direitos das pessoas com deficiência?**

O cenário normativo acompanhou a trajetória de como a própria sociedade compreendia a deficiência e, conseqüentemente, as pessoas com deficiência. Em um primeiro momento, prevalecia o modelo de prescindibilidade, no qual as pessoas com deficiência restavam excluídas da sociedade. Nele, tais indivíduos não tinham espaço no meio social, por se entender que eles não teriam o que contribuir. Tal postura absolutamente lamentável, ainda hoje é possível de ser identificada em algumas situações.

## **Qual mudança ocorreu após esse primeiro momento?**

Em um segundo momento, passou a vigorar o modelo individual, de reabilitação ou médico, a partir do qual as pessoas com deficiência poderiam ser aceitas no meio social desde que “se normalizassem”. Tinham que conseguir se aproximar daquilo que a sociedade considerava como normal. Tal paradigma também se revela impregnado de preconceito, ao não aceitar o indivíduo com suas características próprias.

## **Qual o modelo atual?**

Hoje, temos o modelo social ou de direitos humanos, consolidado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que, no Brasil, foi incorporada ao ordenamento com status constitucional. Tal paradigma desloca o foco da deficiência das pessoas, colocando o aspecto social no centro da questão. Independentemente das limitações de ordem física, sensorial, mental ou intelectual que a pessoa apresente, sua plena inclusão na sociedade deve ser assegurada.

## **Qual a definição de pessoa com deficiência?**

A convenção define que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo

de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

## **Qual a importância da Convenção para esse debate?**

A Convenção vem consolidar todos os princípios e regras que especificam os direitos das pessoas com deficiência, sendo possível extrair desse documento um caminho interpretativo muito sólido e robusto a seguir, mesmo para os entes responsáveis por estabelecer políticas voltadas à inclusão. A observância fiel dos princípios e regras da Convenção nas políticas públicas garante a efetiva e plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, resguardada sua dignidade inerente.

## **Qual o peso da convenção no Brasil?**

No Brasil, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro documento internacional a ingressar no ordenamento jurídico com status constitucional. Dela, possível extrair um sistema de princípios e regras de proteção dos direitos de tais pessoas. ●

**“A observância fiel dos princípios e regras da Convenção nas políticas públicas garante a efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade, resguardada sua dignidade inerente”**

## CURADORIA

ERIC BEZERRA/TJMG



**DESEMBARGADOR  
LAÍLSON BAETA  
NEVES**



**A ESCAVAÇÃO**

“É um filme inglês, com atores britânicos, com uma direção sóbria e tranquila. O enredo é muito interessante e baseado na vida real. A película resgata a história de personagens que tiveram papel fundamental para a descoberta da civilização medieval britânica, mas que ficaram obscuros na história. O filme está disponível na plataforma de streaming Netflix, um recurso de fácil acesso nesse momento de pandemia.” A Escavação tem classificação indicativa a partir de 12 anos, tem 1h52 de duração e é dirigido por Simon Stone e estrelado por Ralph Fiennes, Carey Mulligan, Lily James.



**JUÍZA ALINNE  
ARQUETTE,  
DIRETORA DO FORO  
DE MURIAÉ**



**O ANO DO PENSAMENTO MÁGICO**

“Após a morte súbita do marido, uma viúva passa a escrever como esse fato acaba gerando uma situação muito difícil na sua vida. Penso que o livro é interessante para as pessoas refletirem sobre o luto. Precisamos entender a morte de uma maneira um pouco diferente da percepção da nossa cultura. Compreendê-la como algo que faz parte da vida. É um belo livro.” Lançado em 2005, O Ano do Pensamento Mágico foi escrito pela jornalista, ensaísta e romancista americana Joan Didion, quase dois anos após a morte do seu marido, o também escritor John Gregory.

## BAÚ DE ACORDES

### D. Ivone faz 100 anos 2 vezes



ARIEL MARTINI

**Tiago Parrela** - Os admiradores da grande dama do samba, Dona Ivone Lara, vão celebrar seu centenário duas vezes. Dona de um dos mais belos “laralaiás”, ela completaria, em abril de 2021, 100 anos. Ou será no ano que vem? Para uns, nasceu em 13 de abril de 1921; outros garantem que foi em 1922.

A dúvida foi solucionada pelo colunista do G-1 Mauro Ferreira. Segundo ele, Dona Ivone Lara morreu aos 96 anos e não aos 97 anos, ao contrário do que informou a maioria. Ela teria nascido em 1922 e não em 1921. A confusão foi obra da mãe da sambista no ano de 1932 para que ela pudesse ser admitida em colégio inter-

no, onde a idade mínima era 11 anos.

Por conta disso, o ano de 1921 passou a constar até nos documentos de Dona Ivone, mas ela nasceu de fato em 13 de abril de 1922. A questão está esclarecida em sua biografia. Diante disso, seu centenário está sendo comemorado agora e, com igual certeza, será celebrado novamente em 2022.

O formidável príncipe do samba, Paulinho da Viola, por exemplo, não tem dúvida e, no dia 13 de abril passado, a homenageou em uma rede social. A postagem dele ganhou a visualização de 7.300 seguidores, 1.800 compartilhamentos e 351 comentários enaltecendo ambos os sambistas.

Falecida em 2018, pode-se dizer que ela merece as duas celebrações por sua relevância e pioneirismo no cenário do samba, além da presença como mulher compositora e cantora. D. Ivone foi uma das mais importantes compositoras do país. “Foi pisando neste chão devagarinho” que ela mostrou toda originalidade e criatividade em um período que não se aceitava mulher sambista. Foi além e tornou-se referência e inspiração para muitas mulheres compositoras.

Crescida em um ambiente musical, compôs seu primeiro samba, aos 12 anos, o partido alto “Tiê, Tiê”. Ao final, deixou obra singular e presente no repertório brasileiro. ●

## PENSAMENTO JURÍDICO

### Igualdade de gênero

As magistradas Paula Cunha e Silva, superintendente adjunta da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), Bárbara Livio, presidente do Fonavid, Mônica Silveira, diretora do Foro de Contagem, e Roberta Chaves Soares, do 4º Juizado de Violência Doméstica de BH, falam sobre as ações pela igualdade de gênero no Judiciário mineiro e nacional. [foto]



### Impactos no consumo

Além dos impactos sociais, o agravamento da Covid-19 provocou impactos econômicos, com implicações nas relações de consumo e criando a necessidade de adaptação de serviços já contratados pelo consumidor antes das ações de distanciamento social, lockdown e outras medidas. Como lidar com a situação? O juiz Fábio Torres de Souza, substituto na 8ª Câmara Cível do TJMG, fala sobre o assunto.

### 45 anos da Amagis Saúde

Com uma trajetória exitosa e quase 100% de aprovação dos associados, conforme pesquisa de satisfação, a Amagis Saúde completou 45 anos no dia 22 de abril. Responsáveis pela consolidação do plano, os magistrados Tiago Pinto, Bruno Terra, Maurício Soares e Luiz Carlos Rezende e Santos, que foram vice-presidentes de Saúde da Associação, abordaram essa conquista histórica.

### Ouvidoria TJMG

Com a pandemia, a Ouvidoria do TJMG passou a ser um dos mais importantes canais de acesso ao Judiciário. Quais são as principais demandas? Como que a tecnologia impacta e amplia o trabalho da instituição? Nossa convidada, a desembargadora Cláudia Regina Guedes Maia, ouvidora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, avalia as ações e inovações na instituição.

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

## VIA JUSTIÇA

### Tribunal do Júri

Quais foram as regras estabelecidas para o funcionamento do júri neste momento? Virtual ou presencial? Como os magistrados do júri estão trabalhando na pandemia? Quais conceitos que regem o Tribunal do Júri. Participam do Via Justiça, o juiz Ricardo Sávio de Oliveira, do 2º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, e o defensor público Aender Braga, que atua nesse órgão judiciário. [foto]



### Racismo e injúria racial

A Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, acrescentou ao crime de racismo os termos etnia, religião e procedência nacional, e ampliou a proteção da lei para vários tipos de intolerância. Convidamos o juiz Amaury Silva, da 6ª Vara Cível de Governador Valadares, e o defensor público Maxnei Gonzaga, diretor da Adep-MG, para analisar o Estatuto da Igualdade Racial no País. [Reprise]

### Agiotagem

Nossos convidados destacam as ações já tomadas e os cuidados que se deve ter com relação aos efeitos socioeconômicos da pandemia da Covid-19. O desembargador Anacleto Rodrigues, da 8ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Négis Rodarte, do Instituto de Ciências Penais, falam sobre os crimes contra a economia popular, em especial a agiotagem. Como ela se caracteriza?

### Gestação de Substituição

O Via Justiça discute a "Gestação de Substituição" ou "Cessão Temporária de Útero", popularmente chamada de barriga solidária. As pessoas ainda confundem barriga de aluguel com barriga solidária. Qual a diferença entre as duas? Participam a desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, da 8ª Câmara Cível do TJMG, e a advogada Maria de Fátima Freire de Sá. [Reprise]

**TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

# ESCUA PROTEGIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

## Depoimento Especial garante o acolhimento e a proteção das vítimas e testemunhas

FLÁVIO SCHMIDT\*

**A** escuta protegida foi criada a partir da Lei 13.431/2017. A novel lei veio a normatizar mecanismos para prevenir a violência contra menores, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos de vítimas e testemunhas de violência.

O primeiro procedimento é a escuta especializada, que deve ser realizada perante órgão da rede de proteção e limitado estritamente ao necessário para o cumprimento de sua atribuição. O segundo é o depoimento especial, quando a criança é ouvida perante a autoridade judicial ou policial. Esse depoimento será intermediado por profissionais especializados que esclarecerão à criança os seus direitos e como será conduzida a entrevista, que será gravada em vídeo e áudio, com preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.

exige a intervenção de diversos órgãos e autoridades, que possuem atribuições específicas e diferenciadas a desempenhar, que devem construir soluções para os problemas existentes, tanto no plano individual quanto coletivo do atendimento.

Neste sentido, que o caput do art. 14 define que as políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

A escuta das crianças e adolescentes no Brasil era realizada na forma tradicional e de acordo com a conveniência de cada magistrado, seja qual fosse o litígio (cível, criminal ou administrativo).

Com o tempo e a necessidade de proteção aos infantes e evitar a impunidade dos agentes, surge a oitiva pro-

lência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade [art. 7.º].

A Lei 13.431/2017 em seu artigo 8.º definiu o depoimento especial como o “procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária”.

A Escuta Especializada é um procedimento exclusivamente realizado pelos órgãos de proteção da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos. A rede de proteção, para os fins que se destina, ouvirá a vítima ou testemunha assegurando o acompanhamento da vítima ou testemunha de violência para a superação das consequências da violência sofrida, limitando ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidado.

O Depoimento Especial segue o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF), resultado de um trabalho do CNJ com inúmeros parceiros, adaptando protocolos de vários países sobre escuta forense, referendado pela Resolução nº

**“A LEI AINDA DEFINE DIREITOS E GARANTIAS E ESTABELECE A INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO, DEFININDO, AINDA, UM NOVO TIPO PENAL, O QUE SERÁ EXAMINADO ARTIGO POR ARTIGO NESSE TRABALHO”**

A lei ainda define direitos e garantias e estabelece a integração das políticas de atendimento, definindo também um novo tipo penal, o que será examinado artigo por artigo nesse trabalho, além de fornecer ao leitor um vasto material para consultar como meio de integrar a norma em análise.

Para que possamos compreender o que estabelece a Lei 13.431/2017 acerca das políticas implementadas à criança e ao adolescente de maneira a realmente garantir a plena efetivação dos direitos infanto-juvenis, compreendendo a necessária implicação dos aspectos da participação popular, descentralização e trabalho em rede de serviços, é necessário compreendermos que a política de atendimento

tegida, através do “Depoimento Sem Dano”, donde assegurava-se à criança e ao adolescente o direito de ser ouvida de forma diferente, através de um entrevistador, técnico da área da assistência social ou psicólogo, alguns inclusive pedagogos.

Nós introduzimos o Depoimento Especial, de forma pioneira em Minas Gerais, em 2009, na comarca de Muzambinho [Sul de Minas].

Esta proteção ficava restrita a escuta dentro do sistema de justiça criminal [persecutio criminis] e não era estendida à rede de proteção ou a vala cível.

O legislador definiu a Escuta Especializada como o procedimento de entrevista sobre situação de vio-

299/2019 do CNJ. É um meio diferente de oitiva. A criança ou adolescente não presta suas declarações na presença do(a) magistrado(a), como meio tradicional de oitiva de vítima ou testemunha, e, sim, através de uma sala especial, definida pelas regras do CNJ, por um entrevistador, que pode ser assistente social, psicólogo ou pedagogo, e transmitida em tempo real por vídeo e áudio à sala de audiência onde se encontram o(a) magistrado(a), MP, defesa etc.

Com essa técnica, se garante o acolhimento e a proteção das vítimas e testemunhas crianças e adolescentes.●

[\*] Juiz da Comarca de Muzambinho

# Consulta médica pela internet

**A Amagis Saúde disponibiliza uma plataforma de consultas com médicos por meio da internet. Estão disponíveis diversas especialidades como Cardiologia, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia, Ortopedia e Pediatria, entre outras, além de atendimento para casos suspeitos de Covid-19. \***

**Acesse [amagissaude.com.br](https://amagissaude.com.br)  
e marque sua consulta**



\*A lista de especialidades pode ser modificada sem aviso prévio.

# Amagis Saúde

quase

# 100%

de aprovação



**Pesquisa de satisfação realizada com beneficiários, em 2021, demonstrou, mais uma vez, a excelência do plano de saúde da Magistratura mineira, que recebeu 98,5% de aprovação.**

**Trabalho e dedicação em prol dos associados e sua famílias**

# 45 anos do plano é tema de Pensamento Jurídico especial

## Ex-vice-presidentes de Saúde participaram do programa

A trajetória de 45 anos da Amagis Saúde, celebrada em abril, é também uma parte importante da história da Associação. A criação do plano e seu aperfeiçoamento, ao longo dessas quatro décadas e meia, contribuíram para a união da classe em torno de um objetivo comum: o bem-estar da Magistratura mineira e suas famílias.

Entre os diversos personagens que ajudaram a construir essa história, estão os vice-presidentes de Saúde da Amagis, cujos trabalho e dedicação foram fundamentais para a consolidação e sucesso do plano. Para falar um pouco mais dessa trajetória, os desembargadores Tiago Pinto, Bruno Terra e Maurício Soares, e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos participaram de uma edição especial do programa Pensamento Jurídico.

Durante o programa, além de falar sobre a importância da profissionalização da gestão do plano e a criação de programas preventivos destinados à melhoria da qualidade de vida dos magistrados e seus familiares, os ex-vice-presidentes de Saúde também apontaram a necessidade de combater a pandemia do Covid-19 à luz da ciência.



### Magistrados falaram sobre o aperfeiçoamento do plano

A juíza Luzia Peixoto e Rosimere do Couto, atual vice-presidente de Saúde, que não puderam participar desta edição especial do Pensamento Jurídico, também fazem parte desses 45 anos de sucesso da Amagis Saúde. ●

## DICAS AMAGIS SAÚDE

### Atualização cadastral

De acordo com exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o cadastro dos usuários dos planos de saúde e seus dependentes deve estar sempre atualizado. Além de evitar que penalidades possam ser aplicadas ao plano, ao atualizar seus dados, os associados da Amagis Saúde terão sua correspondência sempre regularizada, recebendo documentos como a carteira do plano e informações sobre eventos realizados pela Associação.

### Por que atualizar?

Para receber documentos, comunicações, demonstrativos, carteiras de identificação, convites para eventos e correspondências da Amagis Saúde.

### Quais dados precisam ser atualizados?

Endereço, telefones e e-mail. Dados pessoais dos associados titulares e dependentes como CPF e o nome dos pais também precisam estar corretos e

completos no banco de dados do plano.

### Como atualizar?

Pelos telefones (31) 3079-3482, com Eliete Guimarães, ou (31) 3079-3499, ramal 3421, com Rosângela Corrêa. A atualização dos dados cadastrais também pode ser feita no site [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br). O usuário deverá clicar na opção Fale Conosco, no menu principal, selecionar o setor Cadastro de Associados, preencher o formulário e depois clicar em enviar. ●



### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

### DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

#### Vice-presidente de Saúde

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

#### Diretora Financeira

Juíza Flávia Birchal

#### Conselho Gestor:

##### Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

#### Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

#### Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

#### Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

#### Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

#### Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

#### Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

#### Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

#### Ouvidora da Amagis Saúde

Juíza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Contijo · Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634

Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

**Projeto Gráfico:** Agência Graffo

**Diagramação:**

Publicare Design

**Pré-impressão/Impressão:**

Gráfica e Editora Del Rey

# Amagis Saúde faz 45 anos com alta aprovação da Magistratura

## Plano alcançou quase 100% de satisfação em pesquisa



**Integração da classe, atenção à saúde e modernização do plano conquistaram o reconhecimento da Magistratura e da ANS**

**No mês de abril em que completou 45 anos, a Amagis Saúde recebeu a aprovação geral de 98,5% dos beneficiários do plano, conforme apontou pesquisa de satisfação realizada pelo Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC).**

Durante dois meses, os pesquisadores entrevistaram, por telefone, 262 beneficiários do plano, entre titulares e dependentes, que responderam a 20 perguntas sobre questões relacionadas ao atendimento e atenção à saúde. A facilidade com relação aos documentos e formulários, por exemplo, recebeu avaliação positiva de 93,8% dos participantes do estudo.

O acesso à Amagis Saúde (atendimento ao consumidor), com 93,1% de aprovação, foi outro indicador que atingiu o patamar de excelência segundo a pesquisa. Os serviços prestados por hospitais, laboratórios, clínicas, dentistas e demais credenciados

foram bem avaliados por 96,6%. A pesquisa também demonstrou que 95,7% dos entrevistados afirmaram ter recebido atenção imediata do plano em casos de urgência e emergência.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, os altos índices de aprovação do plano reforçam a confiança dos magistrados mineiros e seus familiares no trabalho realizado há 45 anos, em favor da saúde e qualidade de vida dos associados.

“A excelência do plano, evidenciada mais uma vez pela pesquisa, é fruto da dedicação e do trabalho incansável de magistrados e colaboradores da Amagis Saúde. É com muito orgulho que oferecemos, principalmente nessa pandemia, um plano à altura das necessidades de nossos magistrados e seus dependentes”, afirmou Alberto Diniz.

Segundo a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere do Couto, além de demonstrar que

a gestão do plano está no caminho certo, a pesquisa também é um instrumento importante para o seu aperfeiçoamento. “Durante esses 45 anos, a Amagis Saúde vem sendo aprimorada para melhor atender aos magistrados e seus familiares. Com o resultado da pesquisa, além de confirmar a importância do trabalho realizado, podemos aprimorar ainda mais os serviços oferecidos aos associados”, comentou.

### RECONHECIMENTO

A trajetória de 45 anos da Amagis Saúde é reconhecida por associados como o juiz aposentado José Joaquim Benfica. “Aos poucos, administração após administração, a Amagis Saúde chegou ao ponto em que se encontra. A gestão atual não para no tempo e vai encontrando espaço para garantir aos associados mais tranquilidade no exercício de seus cargos e gozo da aposentadoria”, disse.

A juíza de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), Raquel Agreli Melo, considerou o plano excelente. “Impressiona a facilidade da Amagis Saúde em autorizar os pedidos de exames. O

**Avaliação geral**

**98,5%**

**de aprovação**

atendimento é muito próximo de nós, humanizado e eficiente”, comentou a magistrada, que, ao precisar de uma tomografia do pulmão, para o tratamento da Covid-19, entrou em contato com o plano e conseguiu o adiantamento do exame em um dia.

Para a juíza Daniela Diniz, da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Sete Lagoas (Região Central), a atenção dedicada pelos colaboradores do plano aos beneficiários é um dos destaques da Amagis Saúde. “Quando tenho necessidade, sou sempre muito bem atendida pela Amagis Saúde. O atendimento personalizado faz a diferença”, concluiu.

Na avaliação do juiz Carlos César de Chechi e Franco Pinto, da 3ª Vara Criminal e de Precatórias Criminais da Comarca de Pouso Alegre (Sul de Minas), o plano é muito bom e, mesmo com um custo inferior ao de planos tradicionais, tem características semelhantes à rede privada e proporciona ótimo atendimento, quanto a médicos, laboratórios e hospitais.

O magistrado ressaltou ainda a parceria com a Casbej e Cabej, para usuários do plano Grupo de Estados. “Permite acesso aos melhores hospitais do País, especialmente para quem se encontra distante de Belo Horizonte”, afirmou Carlos César.

#### **EXCELÊNCIA**

Os resultados de excelência obtidos pela Amagis Saúde ao longo dos anos também são reconhecidos por seus parceiros, como o presidente da Rede Mater Dei de Saúde, Henrique Salvador. “A Amagis Saúde diferencia-se muito de outras autogestões. A

própria ANS reconhece isso, premian-do sistematicamente a Amagis Saúde ao longo dos anos”, comentou.

O médico também ressaltou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Diretoria da Associação no enfrentamento à pandemia da Covid-19. “Reconhecemos tudo o que a direção do plano tem feito pelas pessoas que, nesse momento de fragilidade, precisam usar os serviços hospitalares”, afirmou.

O patamar alcançado pela Amagis Saúde entre os planos de autogestão também foi destacado pelo diretor do Hospital Madre Teresa, Marcos Vete. O gestor frisou ainda o compromisso do

plano com o bem-estar dos seus beneficiários. “Parablenizo a Amagis Saúde pelos 45 anos de excelente trabalho em prol da qualidade de vida dos magistrados, pensionistas e familiares”, concluiu.

A preocupação com a qualidade de vida dos associados foi um dos pontos considerados relevantes pelo diretor da Clínica Check-UP Center, Oswaldo de Souza Pinto Júnior. “A Amagis Saúde está à frente do seu

tempo, pois tem a prevenção como uma de suas diretrizes. Parabéns aos associados, aos colaboradores e ao corpo diretivo visionário. Que venham os próximos 45 anos de muito sucesso”, reconheceu.

A pesquisa foi auditada pela FJB Gestão Estratégica e Auditoria e atende a um dos critérios do Programa de Qualificação das Operadoras promovido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS]. As informações completas do estudo estão disponíveis no site amagis.com.br ou podem ser acessadas pelo QR Code abaixo. ●

**“Com o resultado da pesquisa, além de confirmar a importância do trabalho realizado, podemos aprimorar ainda mais os serviços oferecidos aos associados”**

**Rosimere do Couto, vice-presidente de Saúde**

**“Reconhecemos tudo o que a direção do plano tem feito pelas pessoas que, nesse momento de fragilidade, precisam usar os serviços hospitalares”**

**Henrique Salvador, presidente da Rede Mater Dei**

**“Parablenizo a Amagis Saúde pelos 45 anos de excelente trabalho em prol da qualidade de vida dos magistrados, pensionistas e familiares”**

**Marcos Vete, diretor do Hospital Madre Teresa**

**“A Amagis Saúde está à frente do seu tempo, pois tem a prevenção como uma de suas diretrizes. Parabéns aos associados, colaboradores e corpo diretivo visionário”**

**Oswaldo de Souza, diretor da Check-UP Center**

#### **Serviços prestados**

**96,6%**

**de aprovação**

#### **Atenção imediata**

**95,7%**

**de aprovação**

ACESSE A PESQUISA COMPLETA  
CLICANDO NO BOTÃO AO LADO

# Amagis inicia convênios com clínicas de vacinação

## Associação trabalha para firmar parcerias em todo o Estado

**A Amagis começou a celebrar convênios com clínicas de vacinação, garantindo preços especiais para seus associados e ampliando as ações de prevenção à saúde dos magistrados.**

O primeiro acordo foi firmado em maio com a Clínica Imunomédica, da Comarca de Juiz de Fora [Zona da Mata]. Os associados interessados em vacinar contra a gripe influenza, causada pelo vírus H1N1, pagarão R\$ 100,00 à vista, no dinheiro, e R\$ 120,00 nos cartões débito ou crédito, podendo dividir.

A vacina custa R\$ 150,00 na Imunomédica e o benefício é garantido enquanto o medicamento estiver disponível no estoque. O convênio garante ainda descontos de 10% nas demais vacinas disponíveis na clínica, que também está condicionado à limitação do estoque.

A Amagis, como o apoio do Setor de Convênios, trabalha para firmar novas parcerias em todo o Estado. A relação de empresas conveniadas à Associação está disponível no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br).

PEDRO GONTIJO/IMPrensa MG/DIVULGAÇÃO



**Magistrados terão descontos em vacinas**

Programa  
**Check-up**

**Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.**

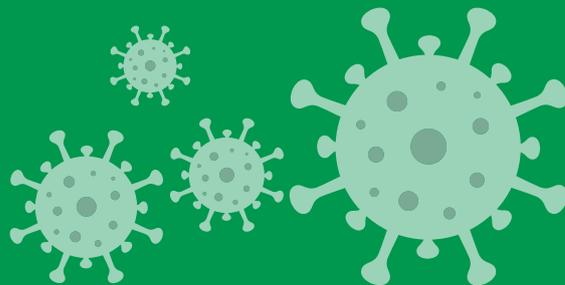
**Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.**

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)

 **AMAGIS**  
**Saúde**

# BOLETIM COVID

Amagis Saúde



## Pesquisa reforça importância do uso de máscaras

O artigo publicado em abril, pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças [CDC], agência de saúde pública dos Estados Unidos, concluindo que a infecção por Covid-19 pelo contato com superfície contaminada é mais baixa em comparação à transmissão aérea, reforçou a importância do uso de máscaras. A proteção para o rosto mais indicada é a N95, que se encaixa melhor no rosto e pode filtrar até 95% de pequenas partículas. A máscara de tecido tem filtragem variável e sua produção não é supervisionada por nenhum órgão regulatório.

PIXABAY



## CoronaVac é eficaz contra variantes P.1 e P.2

PIXABAY



A vacina contra a Covid-19 CoronaVac, produzida pelo Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, provou-se eficaz contra a mutação D614G do vírus SARS-CoV-2, que predomina atualmente no mundo e é comum às linhagens B.1.1.28 [da qual derivam as variantes P.1, amazônica, e P.2, surgida no Rio de Janeiro] e B.1.1.33 [da qual deriva a variante N9, descoberta no Brasil recentemente].

Fonte: Anvisa

## Como é definida a divulgação de casos suspeitos?

Por meio da Notificação Compulsória do Sistema de Informação. Todo caso considerado suspeito é enviado para o CIEVS MINAS, onde o COES, equipe do Boletim, coleta os dados apurados e emite o boletim. Caso suspeito é todo indivíduo com quadro respiratório agudo, notificado pelo serviço de saúde com suspeita de infecção humana pelo SARS-CoV-2, doença do Coronavírus.

Fonte: Secretaria de Saúde/MG

**CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E  
ACESSE TODOS OS BOLETINS  
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.**



# + SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS



## Plano mantém acolhimento hospitalar na pandemia

### Assistente social esclarece dúvidas e orienta pacientes e familiares

**Mesmo com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a Amagis Saúde tem realizado, regularmente, o acompanhamento hospitalar dos associados internados. Antes presencial, o contato passou a ser feito por telefone pela assistente social Gesieni Carvalho Barros.**

Após os hospitais credenciados enviarem o censo de associados internados para a Amagis Saúde, a profissional liga para o quarto no qual o paciente está acomodado e conversa com ele ou seu acompanhante. Quando essa relação não é enviada, o contato pode ser feito após a internação, a partir de relatório gerado pelo próprio plano.

Durante a conversa com o usuário da Amagis Saúde ou seu representante, a assistente social esclarece dúvidas e procura identificar se todos os procedimentos estão sendo adotados de acordo com as necessidades do paciente.

Nos casos de internação por Covid-19, Gesiene liga para os familiares para obter as informações, pois os hospitais não passam dados sobre o quadro de saúde dos pacientes com



**Gesiene Barros verifica a relação de beneficiários para o acolhimento hospitalar**

coronavírus. O contato telefônico é feito uma vez por semana, para que a assistente social possa acompanhar a evolução do tratamento ao qual a pessoa está sendo submetida.

Além de acolher e orientar o paciente e seus familiares, as informações obtidas pela assistente social contribuem para que a Amagis Saúde

busque, junto aos hospitais credenciados, melhorias no atendimento oferecido aos associados.

O trabalho dessa especialista também colabora com as análises da auditoria interna da Amagis Saúde, agilizando a liberação dos procedimentos no momento em que algum pedido for feito pelo médico do paciente. ●

**Demonstrativo de despesas para declaração de Imposto de Renda está disponível no aplicativo e no site da Amagis Saúde**

Acesse [www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)  
ou baixe o app na Apple Store e Google Play

